

O APÓSTOLO PAULO E A LEI

Pr. Albino Marks

Ampliando o que declaramos sobre o uso da palavra (nómos), lei, por Paulo, analisemos outros textos, alguns, que *“contém algumas coisas difíceis de entender, as quais os ignorantes torcem”* (2Pe 3:16, NVI).

Nos primeiros versos do capítulo oito aos Romanos, Paulo descreveu como Jesus assumiu a culpa do pecador e o libertou da condenação eterna: *“Agora, pois, não há mais nenhuma condenação para os que estão em Cristo Jesus. Pois a lei (nómos) do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo, libertou-me da lei (nómu) do pecado e da morte. O que era impossível à lei, (nómu) porque a carne a votava à impotência, Deus o fez: por causa do pecado, enviando o seu próprio Filho na condição da nossa carne de pecado, ele condenou o pecado na carne, a fim de que a justiça exigida pela lei (nómu) seja realizada em nós, que não andamos sob o domínio da carne, mas do Espírito”* (Rm 8:1-4, TEB).

Nessa parte de sua argumentação, Paulo fecha com uma frase conclusiva de vitória na intensa luta entre querer fazer o bem e na realidade praticar o mal. A vitória é alcançada pelo ato de aceitar e submeter-se a Cristo Jesus. Ele triunfou sobre o autor do mal e a Sua vitória é a garantia

de libertação completa para aqueles que O aceitam como seu Substituto, sofrendo a justa condenação da lei.

Na sequência Paulo introduz a lei do Espírito, a lei do pecado, a lei impotente na carne e a lei que exige justiça. Quatro leis em três versos e em argumentos bem sucintos. No grego, a mesma palavra (νόμος), qualifica estas quatro leis. Seriam uma e a mesma lei?

Aparentemente o argumento de Paulo parece complicado com tantas leis envolvendo o pecador. Mas, entendendo que toda a argumentação precedente é sobre o pecado acusado pela lei moral; a guerra estabelecida pelo desejo ardente de libertação da lei do poder do pecado; a condenação à morte pela lei moral por causa do pecado; culminando esta situação com o angustiante clamor: *“Quem me livrará desta situação?”* Para então exclamar triunfante: *“Graças a Deus por Jesus Cristo, nosso Senhor!”* (Rm 7:24, 25, NAA), pode entender-se claramente tudo o que segue.

“Lei do Espírito”. Paulo argumenta que *“não há mais nenhuma condenação para os que estão em Cristo Jesus. Pois a lei (νόμος) do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo, libertou-me da lei (νόμου) do pecado e da morte”* (Rm 8:1, 2, TEB). Que lei do Espírito, lei maravilhosa que liberta da lei, (νόμου), do pecado e da morte, é essa? Pode uma lei libertar de outra lei? No caso do argumento de Paulo,

a lei do Espírito de vida, pode libertar da lei do pecado e da morte. Estaria Paulo se contradizendo? Estaria negando tudo o que declarou, que o pecador somente pode ser liberto do pecado e da morte pela fé na graça de Deus revelada em Jesus?

No que reside o poder dessa lei do Espírito de vida para obter a libertação da lei do pecado e da morte? Há um detalhe importante ao qual é preciso dar atenção. Paulo declara que o pecador é liberto da lei “nómos” do pecado e da morte, pela *“lei (nómos) do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo”*, por meio de Sua morte substituta, perdoadora e justificadora.

A inspiração engrandece essa libertação por meio do espírito de vida em Cristo, que, libertando *“da lei (nómu) do pecado e da morte”* (Rm 8:2, NVI), concede a vida eterna: *“É esse mesmo poder de ressuscitar que dá vida a alma morta ‘em ofensas e pecado’. Esse espírito de vida em Cristo Jesus, a ‘virtude de Sua ressurreição’, liberta os homens ‘da lei do pecado e da morte’. O domínio do mal é despedaçado e, pela fé, a alma é guardada do pecado. Aquele que abre o coração ao Espírito de Cristo, torna-se participante daquele grande poder que lhe fará o corpo ressurgir do sepulcro”* (DTN, p. 209, 210).

Com a morte de Jesus, a sentença de condenação da justiça da lei moral, foi cumprida, mas pelo “*poder da sua ressurreição*” (Fp 3:10, NVI), o “*espírito de vida em Cristo Jesus, liberta os homens ‘da lei do pecado e da morte’*”.

Uma lei em si mesma não tem condições para outorgar perdão e justificar e ainda libertar da morte. Estes atos são da competência de quem possui o poder de avaliar, julgar e decidir. No plano da salvação essa competência pertence exclusivamente a Deus. Ele assumiu a culpa do pecador e pela morte de Jesus, conquistou o direito de oferecer graça para o culpado condenado pela lei moral e, “*por meio de Cristo Jesus a lei (nómos) do Espírito de vida*”, a lei da graça de Deus, revelada e manifestada por meio de Cristo Jesus, liberta o pecador condenado “*da lei (nóμου) do pecado e da morte*” (Rm 8:2, NVI), que é a escravidão maligna de Satanás e as consequências mortais do pecado.

Porque na missão de Jesus, Sua vida sem pecado e na Sua morte substituta sacrifício, “*as justas exigências da Lei (nóμου) (foram) plenamente satisfeitas em nós*” (Rm 8:4, NVI), que merecíamos esse castigo, e por Sua ressurreição a “*lei do Espírito de vida*”, pela fé na graça, recebemos o perdão, a justificação, a reconciliação e a salvação. “*Ele só poderia Se tornar o Salvador e o Redentor sendo primeiro o Sacrifício*” (MM, 20103, p. 249).

“Mas Cristo, o verdadeiro templo para habitação de Deus, moldara cada detalhe de Sua vida terrestre em harmonia com o ideal divino. Disse Ele: ‘deleito-me em fazer a tua vontade, ó Deus Meu; sim, a Tua lei (torah) está dentro do meu coração’ (Sl 40:8). Assim nosso caráter deve ser formado para ‘morada de Deus em Espírito’” (DTN, p. 209).

Não há mais nenhuma condenação para o transgressor, porque a justa sentença da lei moral foi executada no Substituto legal. A provisão do Substituto, para satisfazer a justiça da lei, foi feita *“antes da fundação do mundo, e manifestado no fim dos tempos por vossa causa”* (1Pe 1:20, TEB). Por determinação deste concerto, Jesus morreu, e a lei que proclamava e exigia a morte do pecador, passou a proclamar a vida do perdoado e justificado por graça pela fé no sacrifício da lei da graça.

Na noite da maior angústia dos egípcios com a morte de todos os seus primogênitos, nenhum israelita que pela fé na lei da graça manifestada no sangue do cordeiro passado *“na viga superior e nas laterais das portas”* (Êx 12:22, NVI), sofreu o golpe letal do anjo destruidor: *“obedeçam a estas instruções como decreto perpétuo para vocês e para os seus descendentes”* (Êx 12:24, NVI). *“Agora, pois, não há mais nenhuma condenação para os que estão em Cristo Jesus. Pois a lei (nómos) do Espírito, que dá a vida em*

Jesus Cristo, libertou-me da lei (nómu) do pecado e da morte. (Destaque acrescentado). A lei da graça de Deus por meio de Cristo Jesus nos liberta da lei do pecado e da morte.

Nos serviços do santuário esse decreto, lei, da graça de Deus recebeu cerimônias adicionais para ensinar aos israelitas como resolver o problema de pecados cometidos e obter o perdão, a reconciliação e a harmonia com a lei moral, desfrutando a paz e a alegria da salvação provida por Deus. *“Agora, pois, não há mais nenhuma condenação para os que estão em Cristo Jesus. Pois a lei (nómos) do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo, libertou-me da lei (nómu) do pecado e da morte.* (Destaque acrescentado). A lei da graça de Deus por meio de Cristo Jesus nos liberta da lei do pecado e da morte.

A lei do pecado e da morte. Que lei é essa? Em Romanos sete, Paulo já fala dessa lei com as seguintes palavras: *“Pois eu me comprazo na lei (nómu) de Deus, enquanto homem interior, mas em meus membros descubro outra lei (nómon) que combate contra a lei (nómu) que a minha inteligência ratifica; ela faz de mim o prisioneiro da lei (nómu) do pecado que está em meus membros”* (Rm 7:22, 23, TEB).

Paulo declara francamente que em sua inteligência ratifica a lei de Deus como a norma para a sua conduta, mas em seus membros descobre outra lei que o faz prisioneiro da lei do pecado. A lei de Deus determina um modo de conduta que é combatido pela outra lei, que o faz prisioneiro da lei do pecado, determina outro modo de conduta. Em harmonia com a argumentação de Paulo, somente há uma compreensão coerente: a lei (nómu) de Deus é a lei moral, a outra lei (nómon), e a lei (nómu) do pecado, é o poder do maligno que o escravizou, dominando-o e fazendo-o praticar todos os atos pecaminosos contra Deus, condenados pela lei moral. Mas ele usa a mesma palavra – nómos – para as três leis, que em verdade são duas leis em situações opostas.

A lei enferma. Mas, a lei enferma ou impotente na carne, que lei é essa? Que lei se tornou “*enferma pela carne*” (ARA) ou impotente, de tal modo que “*o que fora impossível à lei ‘nómu’ [...] isso fez Deus?*” (Rm 8:3, ARA). Qual era a função desta lei que se tornou doentia e fraca no desempenho do seu papel?

Interpretando esta lei como sendo a lei moral, certamente entramos em sérios problemas. Paulo mesmo declara: “*De fato, a Lei (nómos)’ é santa, e o mandamento*

(entole) é santo, justo e bom” (Rm 7:12, NVI). É difícil aceitar que algo santo, justo e bom se torne enfermo e impotente.

O rei e salmista Davi declarou a respeito da lei como orientadora do relacionamento com Deus: *“a lei (torah) do Senhor é perfeita, e revigora a alma”* (Sl 19:7, NVI).

No Salmo 119 é declarado: *“a tua justiça é eterna, e a tua lei (torah) é a verdade. [...] Os teus testemunhos são eternamente justos”* (119:142, 144, NVI).

Ellen G. White, fez esta declaração muito importante: *“Desde o princípio a grande controvérsia fora a respeito da lei de Deus. Satanás procurara provar que Deus era injusto, que Sua lei era defeituosa, e que o bem do universo exigia que ela fosse mudada. Atacando a lei, visava ele subverter a autoridade de seu Autor. Mostrar-se-ia no conflito se os estatutos divinos eram deficientes e passíveis de mudança, ou perfeitos e imutáveis”* (PP, p. 65).

Se a lei que é perfeita, eterna, imutável, justa, verdade e comunica vigor, se tornou enferma e impotente, então a acusação de Lúcifer, Satanás, era justificada. Portanto, esta interpretação não encontra fundamento nas Escrituras.

Para ensinar o plano da redenção pela graça e tipicamente satisfazer a justiça exigida pela lei moral, Deus manifestou e colocou em ação o sistema de símbolos e

sacrifícios, também um ato legal, que durante milênios trazia em si o *“mistério [...] mantido oculto em Deus [...] o Seu eterno plano que Ele realizou em Cristo Jesus”* (Ef 3:9, 10, NVI), pois, todos os símbolos e sacrifícios apontavam para a vinda do Redentor. Pela fé no Redentor vindouro e na apresentação do substituto que era sacrificado, para simbolicamente expiar o pecado, a exigência da lei moral condenando o transgressor, era satisfeita e o pecador era perdoado, justificado e reconciliado com seu Deus.

Porém, este era um processo típico e transitório, para ensinar uma verdade real. Não era um ato final no processo do perdão e na remoção do pecado. Sangue de animais não tem o poder para apagar a culpa da transgressão e remover o pecado. Somente a execução do ato legal em Si mesmo, o Autor do ato legal e da lei moral, pode satisfazer a exigência da lei perfeita e imutável.

Portanto, o que era impossível efetivar pelo ato legal da lei cerimonial, *“porque aquilo que a Lei, (nómu), (lei cerimonial) fora incapaz de fazer”* (Rm 8:3, NVI), tirar os pecados, *“pois é impossível que o sangue de touros e bodes tire pecados”* (Hb 10:4, NVI), porque os sacrifícios oferecidos repetidamente *“nunca podem remover os pecados”* (Hb 10:11, NVI), *“Deus o fez, enviando seu próprio Filho, à semelhança do homem pecador, como oferta pelo pecado.*

E assim condenou o pecado na carne, a fim de que as justas exigências da Lei, (nómu), (moral) fossem plenamente satisfeitas em nós” (Rm 8:3, 4, NVI).

A lei que se tornou enferma e impotente era a lei das cerimônias que foi estabelecida para tipicamente satisfazer *“a justiça exigida pela lei”* moral que condenava o transgressor à morte.

Enquanto os símbolos e sacrifícios estavam centralizados em Cristo, como o único que pode salvar (At. 4:12), a lei das cerimônias era o instrumento sadio dentro do plano de Deus para tipicamente satisfazer a justiça e conduzir à salvação. Quando os símbolos e sacrifícios foram transformados no meio justificador e salvador, a lei das cerimônias tornou-se doentia e impotente como instrumento para conduzir à salvação, pois suprimiu a fé na graça do Único que tem o poder para salvar: Jesus, o tipificado.

Jesus se referiu a este cumprimento da lei cerimonial quando declarou em Seu sermão proferido na montanha: *“Não penseis que vim suprimir a Lei, (nómon), e os profetas: não vim suprimir, mas cumprir. Pois em verdade eu vos declaro, antes que passem o céu e a terra, não passarão da lei, (nómon), um i nem um ponto do i, sem que tudo haja sido cumprido” (Mt 5:17, 18, TEB).*

No sermão da montanha, Jesus declarou a respeito de Sua missão relacionada com tudo o que a lei, “torah”, determinava, toda justiça que a lei moral exigia, tudo o que o ritual do santuário tipificava e tudo o que os profetas predisseram, nada poderia ser revogado ou suprimido, mas tudo seria cumprido para a realização da missão do plano redentor.

Assim aconteceu em todos os detalhes de Sua vida até a vitoriosa e gloriosa recepção junto ao trono do Deus eterno.

A lei que exige justiça. Qual a lei que exige justiça? A lei cerimonial foi estabelecida para tipicamente, por meio do sacrifício substituto satisfazer *“a justiça exigida pela lei”* moral que condenava o transgressor à morte. Logo, a lei que exige justiça é a lei moral.

Entretanto, o substituto típico não oferecia uma solução final, removendo os pecados. O profeta Isaías fez a proclamação: *“O Senhor fez cair sobre ele a iniquidade de todos nós”* (Is 53:6, NVI). A nossa iniquidade, o nosso pecado acusado pela lei moral foi lançado sobre Jesus, para que a justiça da lei fosse satisfeita.

Considerando a declaração inspirada do salmista, rei Davi, temos outro argumento para considerar e que esclarece esta questão: *“Então eu disse: eis aqui estou, no*

rolo do livro está escrito a meu respeito: agrada-me fazer a tua vontade, ó Deus meu; a tua lei (torah) está dentro do meu coração” (Sl 40:7, 8, NAA). Em Hebreus, no capítulo 10, Paulo aplica esta profecia a Jesus, como Aquele que veio como o sacrifício real para remover os pecados. Depois de dizer: *“entretanto, nesses sacrifícios ocorre recordação de pecados todos os anos, porque é impossível que sangue de touros e de bodes remova pecados”*, introduz a profecia supra e continua: *“Ele remove o primeiro para estabelecer o segundo. Nessa vontade é que temos sido santificados, mediante a oferta do corpo de Jesus Cristo, uma vez por todas”* (Hb 10:3, 4, 9, 10, NAA).

É fácil compreender que a argumentação gira em torno da transição do regime das cerimônias e símbolos - sangue de touros e bodes - para o sacrifício real e perfeito de Jesus. *“Ele remove o primeiro”*, as cerimônias e símbolos, *“para estabelecer o segundo”*, o sacrifício *“do corpo de Jesus Cristo”*. Significa que Jesus nasceu e viveu sob a lei cerimonial e morreu para fazê-la cessar como obrigação espiritual prática, porque na Sua morte substituta foi satisfeita a sentença da lei moral que exigia justiça.

Considerando a expressão do salmista: *“a tua lei (torah) está dentro do meu coração”*, relacionada com Hebreus 10:16, teremos um argumento muito importante

para avaliar. *“Esta é a aliança que farei com eles, depois daqueles dias, diz o Senhor: imprimirei as minhas leis (nómons) no coração deles e as inscreverei sobre a sua mente”* (NAA).

Façamos uma contraposição de dois argumentos: *“para resgatar os que estavam sob, ou, debaixo da lei, (nómon)”* (Gl 4:5), e: *“a tua lei (torah) está dentro do meu coração”* (Sl 40:8). Estar sob, é estar debaixo de: uma lei, um fardo, uma situação [...]. Ter dentro do coração uma lei, é estar ligado a alguém em relacionamento por amor. Ao fazer a vontade deste alguém, ela é feita por amor e não como uma obrigação legal pesada e enfadonha.

Jesus é o Autor da lei moral, mas também é o Autor da lei cerimonial, típica do plano da salvação pela graça, e quando veio em forma humana a este mundo, Ele trouxe estas leis em Seu coração. Em verdade não podia ser diferente, porque a lei moral é a expressão do caráter de Deus, e Ele é Deus. Como Deus-homem viveu o relacionamento de perfeito amor para com o Deus-Pai. A lei moral escrita em Seu coração unia-O com indestrutíveis laços de amor a Deus-Pai. *“Assim como tenho obedecido aos mandamentos (entolás), de meu Pai e em seu amor permaneço”* (Jo 15:10, NVI).

No entanto, como também trouxe em Seu coração a lei do plano da salvação, e para Israel esta lei estava tipificada nos serviços e símbolos do santuário, Cristo trouxe em Seu coração a realização do cumprimento de todos os tipos do santuário, e *“foi oferecido em sacrifício uma única vez, para tirar os pecados de muitos; e aparecerá segunda vez, não para tirar o pecado, mas para trazer salvação aos que o aguardam”* (Hb 9:28, NVI).

Portanto, no Salmo 40:7 e 8, a lei, “torah” que *“está dentro do coração de Cristo”*, precisa ser entendido como todo o ensino da Escritura Sagrada, que revela todos os atos necessários para executar e efetivar o plano da redenção. Jesus deixou isto muito evidente em Sua resposta para Satanás, na tentação no deserto: *“Está escrito: ‘Nem só de pão viverá o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus’* (Mt 4:4, NVI).

Do mesmo modo, todos aqueles que pela fé aceitam a Sua graça, o Seu perdão e a As justificação, têm esta lei escrita no coração e na mente, pela ação do Espírito Santo, significando que a gratidão por tão grande salvação os conduz à obediência amorosa e espontânea. *“Se vocês obedecerem aos meus mandamentos, (entolás), permanecerão no meu amor”* (Jo 15:10, NVI).

No entanto, acima de tudo tem no coração, a realidade do plano da salvação realizado por meio de Cristo Jesus (Ef 3:11): *“a gloriosa riqueza deste mistério, que é Cristo Jesus em vocês, a esperança da glória”* (Cl 1:27, NVI).

“Pois a lei, (nómos), do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo, libertou-me da lei, (nómon), do pecado e da morte” (Rm 8:2, TEB).